



CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS
DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Bom Jesus da Lapa – Ba.

EDITAL CMDCA Nº 001/2022.

**PROCESSO SUPLEMENTAR DE ESCOLHA PARA MEMBROS TITULAR E SUPLENTE DO
CONSELHO TUTELAR DE BOM JESUS DA LAPA – BA.**

1. DO PROCESSO DE ESCOLHA:

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE BOM JESUS DA LAPA/BA torna público o presente **EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA O PROCESSO SUPLEMENTAR DE ESCOLHA PARA MEMBROS TITULAR E SUPLENTE DO CONSELHO TUTELAR** para período de **08 DE JULHO DE 2022 A 31 DE DEZEMBRO DE 2023**, disciplinado pela Lei nº 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente), Resolução nº 139/2010, alterada pela Resolução nº 170/2014 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA, assim como pela Lei Municipal nº 466/2015, sendo realizado sob a responsabilidade do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA e fiscalização do Ministério Público do Estado da Bahia, mediante as condições estabelecidas neste Edital.

2. DO CONSELHO TUTELAR:

2.1. O Conselho Tutelar é órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, sendo composto por 05 (cinco) membros titulares e seus receptivos suplentes, escolhidos pela comunidade local;

2.2. O presente Processo de Escolha Suplementar dos membros do Conselho Tutelar do Município Bom Jesus da Lapa visa preencher 01(uma) vaga residual para membro titular e as 05 (cinco) vagas residuais para membros suplentes do colegiado;

2.3. O CMDCA, no uso de suas atribuições, publicará resoluções específicas para cada uma das fases do processo de escolha dos membros titular e suplentes do Conselho Tutelar.

2.4. Cabe aos membros suplentes do Conselho Tutelar, quando convocados a substituir algum titular, agindo de forma colegiada, o exercício das atribuições contidas no art. 18-B, parágrafo único; art. 90, §3º, inciso II; arts. 95, 131, 136, 191 e 194, todos da Lei nº 8.069/90, observados os deveres e vedações estabelecidos por este Diploma, assim como pela Lei Municipal nº 466/2015;

**3. DOS REQUISITOS BÁSICOS EXIGIDOS AOS CANDIDATOS A MEMBROS SUPLENTE DO
CONSELHO TUTELAR:**

3.1. Por força do disposto no art. 133, da Lei nº 8.069/90, e do art. 33, da Lei Municipal nº 466/2015, os candidatos a membros titular e suplentes do Conselho Tutelar devem preencher, cumulativamente, os seguintes requisitos:

a) ser brasileiro nato ou naturalizado;



CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS
DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Bom Jesus da Lapa – Ba.

- b)** Reconhecida idoneidade moral, atestada por 02 (duas) pessoas alistadas eleitoralmente neste Município de Bom Jesus da Lapa, observados os impedimentos legais relativos ao grau de parentesco do art. 47 da Lei Municipal nº 466/2016;
- c)** Idade superior a 21 (vinte e um) anos no ato da inscrição;
- d)** Residir e ter domicílio eleitoral neste Município de Bom Jesus da Lapa, de no mínimo 02 anos comprovadamente;
- e)** Estar quites com as obrigações eleitorais e no gozo de seus direitos políticos;
- f)** Estar quites com as obrigações militares (para candidatos do sexo masculino);
- g)** Não ter sido penalizado com a destituição da função de membro do Conselho Tutelar, nos últimos 05 (cinco) anos;
- h)** Apresentação das Certidões Negativas da Polícia Civil, Polícia Federal, Justiça Estadual, e Justiça Federal;
- i)** Ter escolaridade mínima de Ensino Médio Completo, concluído até a data da inscrição;
- j)** Não ser ocupante de cargo público municipal de provimento em comissão;
- k)** Não ser detentor de cargo eletivo.
- l)** Declaração de pelo menos 01 (uma) instituição pública, privada ou de OSC do município de Bom Jesus da Lapa, que comprove atuação do candidato por, no mínimo, 01 (um) ano na promoção, proteção, controle social e gestão política dos direitos da criança e do adolescente;

3.2. O preenchimento dos requisitos legais deve ser demonstrado no ato da inscrição.

3.3. Por força do disposto no art. 5º, inciso II, da Resolução nº 170/2014, do CONANDA, a candidatura deverá ser individual, não sendo admitida a composição de chapas.

4. DA JORNADA DE TRABALHO E REMUNERAÇÃO:

4.1. Os membros suplentes do Conselho Tutelar, quando convocados a substituir algum titular, exercerão suas atividades em regime de dedicação exclusiva, durante o horário previsto no art. 23 da Lei Municipal nº 466/2015 para o funcionamento do órgão, sem prejuízo do atendimento em regime de plantão/sobreaviso, assim como da realização de outras diligências e tarefas inerentes ao órgão;

4.2. A remuneração corresponde a um salário mínimo vigente e obedecerá ao regramento da Lei nº 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente) e da seção IV, da Lei Municipal nº 466/2015.

5. DOS IMPEDIMENTOS:

5.1. São impedidos de servir no mesmo Conselho Tutelar os cônjuges, companheiros, ainda que em união homoafetiva, ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, conforme previsto no art. 140, da Lei nº 8.069/90 e art. 15, da Resolução nº 170/2014, do CONANDA;



CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS
DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Bom Jesus da Lapa – Ba.

5.2. Estende-se o impedimento do conselheiro tutelar em relação à autoridade judiciária e ao representante do Ministério Público com atuação na Justiça da Infância e da Juventude da mesma comarca;

6. DA INSCRIÇÃO/ENTREGA DOS DOCUMENTOS:

6.1. A participação no presente Processo de Escolha iniciar-se-á pela inscrição por meio de requerimento impresso, e será efetuada no prazo e nas condições estabelecidas neste Edital;

6.2. A inscrição dos candidatos somente será efetuada **pessoalmente** na sede do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Bom Jesus da Lapa, à Avenida Almirante Beirute, nº 00, Cavahada, (Prédio da Secretaria Municipal de Assistência Social), nesta cidade, **das 14h:00min às 17h:00min horas, entre os dias 14 de março a 01 de abril de 2022;**

6.3. Ao realizar a inscrição, o candidato deverá, obrigatoriamente e sob pena de indeferimento de sua candidatura, apresentar original e cópia dos seguintes documentos:

a) Atestado/Declaração de Idoneidade moral – Anexo II;

b) Documento de Identificação pessoal com foto, CPF, comprovante de residência, Título de eleitor e comprovante ou Certidão de quitação com as obrigações eleitorais;

c) Certidões negativas cíveis e criminais que comprovem não ter sido condenado ou estar respondendo, como réu, pela prática de infração penal, administrativa, ou conduta incompatível com a função de membro do Conselho Tutelar;

d) Em sendo candidato do sexo masculino, certidão de quitação com as obrigações militares;

e) Ficha de Inscrição individual – Anexo I;

f) Certificado de Conclusão do Ensino Médio, emitido por instituição de ensino reconhecida pelo Ministério da Educação (MEC);

g) Declaração de Disponibilidade para o exercício da função de Conselheiro Tutelar com dedicação exclusiva, sob pena das sanções legais – Anexo IV;

h) Declaração de pelo menos 01 (uma) instituição pública, privada ou de OSC do município de Bom Jesus da Lapa, que comprove atuação do candidato por, no mínimo, 01 (um) ano na promoção, proteção, controle social e gestão política dos direitos da criança e do adolescente – Anexo III;

6.4. A falta ou inadequação de qualquer dos documentos acima relacionados será imediatamente comunicada ao candidato, que poderá supri-la até a data-limite para inscrição de candidaturas, prevista neste Edital;

6.5. Os documentos deverão ser entregues em duas vias para fé e contrafé;

6.6. Eventuais entraves à inscrição de candidaturas ou à juntada de documentos devem ser imediatamente encaminhados ao CMDCA e ao Ministério Público;



CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS
DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Bom Jesus da Lapa – Ba.

6.7. As informações prestadas e documentos apresentados por ocasião da inscrição são de total responsabilidade do candidato.

7. DAS ETAPAS DO PROCESSO DE ESCOLHA:

7.1. O Processo de Escolha para membros do Conselho Tutelar observará o seguinte **calendário**:

- a) Inscrições e entrega de documentos: de 14/03/2022 a 01/04/2022;
- b) Análise dos Requerimentos de inscrições: de 04/04/2022 a 07/04/2022;
- c) Publicação da relação de candidatos inscritos: 08/04/2022;
- d) Prazo para impugnação de candidatura: 11/04/2022 a 13/04/2022;
- e) Apresentação de defesa pelo candidato impugnado: 14/04/2022 a 18/04/2022;
- f) Publicação do julgamento da impugnação pela Comissão Especial: 22/04/2022;
- g) Prazo para recurso ao Pleno do CMDCA: de 25/04/2022 a 26/04/2022;
- f) Resultado da análise dos recursos: 28/04/2022;
- g) Exame de conhecimento específico com caráter eliminatório: 08/05/2022 (Domingo)**
- h) Resultado do Exame de conhecimento: 11/05/2022;
- i) Prazo para recurso: até 12/05/2022 e 13/05/2022;
- j) Divulgação do resultado dos recursos e publicação da lista definitiva dos candidatos habilitados, em ordem alfabética (e início do prazo para realização da campanha eleitoral pelos candidatos): 18/05/2022;**
- j) Reunião para firmar compromisso: 19/05/2022;
- k) Divulgação dos locais do processo de escolha (local de votação): 20/05/2022;
- l) Data do processo de escolha: 19/06/2022;**
- m) Divulgação do resultado da votação: 19/06/2022;
- n) Prazo para impugnação do resultado da eleição: de 20/06/2022 a 22/06/2022
- o) Julgamento das impugnações ao resultado da eleição: 27/06/2022;
- p) Publicação do resultado do julgamento das impugnações ao resultado da eleição: 28/06/2022;
- q) Prazo para recurso quanto ao julgamento dos recursos interpostos contra resultado da eleição: 28/06/2022 a 30/06/2022;
- r) Publicação do resultado do julgamento dos recursos: 05/07/2022;
- s) Proclamação do resultado final: 06/07/2022;
- t) Diplomação dos eleitos: 08/07/2022;
- u) Posse do candidato (a) eleito(a) para ocupar 01(uma) vaga: 08/07/2022.

8.DA COMISSÃO ESPECIAL ELEITORAL:

8.1. Compete à Comissão Especial Eleitoral:

- a) Analisar os pedidos de registro de candidatura e dar ampla publicidade à relação dos candidatos inscritos;



CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS
DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Bom Jesus da Lapa – Ba.

- b)** Receber as impugnações apresentadas contra candidatos que não atendam aos requisitos exigidos, fornecendo protocolo ao impugnante;
- c)** Notificar os candidatos impugnados, concedendo-lhes prazo para apresentação de defesa;
- d)** Decidir, em primeira instância administrativa, acerca da impugnação das candidaturas, podendo, se necessário, ouvir testemunhas eventualmente arroladas, determinar a juntada de documentos e a realização de outras diligências;
- e)** Realizar reunião destinada a dar conhecimento formal das regras da campanha aos candidatos considerados habilitados ao pleito, que firmarão compromisso de respeitá-las, sob pena de indeferimento do registro da candidatura, sem prejuízo da imposição das sanções previstas na legislação local;
- f)** Estimular e facilitar o encaminhamento de notícias de fatos que constituam violação das regras de campanha por parte dos candidatos ou à sua ordem;
- g)** Analisar e decidir, em primeira instância administrativa, os pedidos de impugnação e outros incidentes ocorridos no dia da votação;
- h)** Escolher e divulgar os locais de votação e apuração de votos;
- i)** Divulgar, imediatamente após a apuração, o resultado oficial da votação;
- j)** Notificar pessoalmente o Ministério Público, com a antecedência devida, de todas as etapas do certame, dias e locais de reunião e decisões tomadas pelo colegiado;
- k)** Divulgar amplamente o pleito à população, com o auxílio do CMDCA e do Poder Executivo local, estimulando ao máximo a participação dos eleitores.

8.3. Das decisões da Comissão Especial Eleitoral caberá recurso à plenária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, que se reunirá, em caráter extraordinário, para decisão com o máximo de celeridade.

9. DA PRIMEIRA ETAPA - ANÁLISE DA DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA:

9.1. Encerrado o prazo de inscrição de candidaturas, a Comissão Especial Eleitoral designada pelo CMDCA procederá à análise dos documentos apresentados em consonância com o disposto no item 6.3 do presente Edital, seguida da publicação da relação dos candidatos inscritos dentro do prazo previsto;

9.2. O processo de escolha para o Conselho Tutelar ocorrerá com o número mínimo de (06) (seis) inscritos dentro do prazo previsto;

9.3. Caso o número de pretendentes habilitados seja inferior a 06 (seis), o CMDCA poderá suspender o trâmite do processo de escolha e reabrir prazo para inscrição de novas candidaturas, sem prejuízo da garantia de posse dos novos conselheiros ao término do mandato em curso, conforme disposto no art. 13, §1º da Resolução CONANDA nº 170/2014.



CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS
DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Bom Jesus da Lapa – Ba.

9.4. Caso não se atinja o número mínimo de 06 (seis) pretendentes habilitados, realizar-se-á o certame com o número de inscrições que houver.

10. DA IMPUGNAÇÃO ÀS CANDIDATURAS:

10.1. A partir da publicação da lista definitiva dos candidatos inscritos poderá qualquer cidadão, acima de 18 anos, dotado de capacidade civil, requerer ao CMDCA a impugnação de candidato, no prazo de 03 (três) dias, em petição devidamente fundamentada;

10.2. Findo o prazo mencionado no item supra, os candidatos impugnados serão notificados pessoalmente do teor da impugnação no prazo 03 (três) dias, começando, a partir de então, a correr o prazo de 03 (três) dias para apresentar sua defesa;

10.3. A Comissão Especial analisará o teor das impugnações e defesas apresentadas pelos candidatos, podendo ouvir testemunhas, determinar a juntada de documentos e realizar diligências, conforme art. 11, §3º, I e II da Resolução CONANDA nº 170/2014;

10.4. A Comissão Especial Eleitoral terá o prazo de 03 (três) dias, contados do término do prazo para apresentação de defesa pelos candidatos impugnados, para decidir sobre a impugnação;

10.5. Concluída a análise das impugnações, a Comissão Especial Eleitoral fará publicar edital contendo a relação preliminar dos candidatos habilitados a participarem do Processo de Escolha;

10.6. As decisões da Comissão Especial Eleitoral serão fundamentadas, delas devendo ser dada ciência aos interessados, para fins de interposição dos recursos previstos neste Edital;

10.7. Das decisões da Comissão Especial Eleitoral caberá recurso à Plenária do CMDCA, no prazo de 03 (três) dias, contados da data da publicação do edital referido no item anterior;

10.8. Esgotada a fase recursal, a Comissão Especial Eleitoral fará publicar a relação definitiva dos candidatos habilitados ao pleito, com cópia ao Ministério Público;

10.9. Ocorrendo falsidade em qualquer informação ou documento apresentado, seja qual for o momento em que esta for descoberta, o candidato será excluído do pleito, sem prejuízo do encaminhamento dos fatos à autoridade competente para apuração e a devida responsabilização legal.

11. DA SEGUNDA ETAPA – EXAME DE CONHECIMENTO ESPECÍFICO:

11.1. O Exame de conhecimento específico ocorrerá no dia 08 de maio de 2022 (domingo), das 08h:00 as 12h:00 com duração de 04 (quatro) horas.

11.2. O Exame de conhecimento específico consistirá em prova objetiva e discursiva (redação), com as seguintes regras:

I – A prova objetiva versará exclusivamente sobre a Lei Federal nº 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), constará de 20 (vinte) questões objetivas, valendo 80 (oitenta) pontos



CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS
DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Bom Jesus da Lapa – Ba.

no total. Para ser aprovado, o candidato deverá obter, pelo menos, 60% (sessenta por cento) dos pontos. Esta etapa tem caráter eliminatório e classificatório.

II – A prova discursiva, de caráter eliminatório, consistirá em uma redação, com o limite mínimo de 20 (vinte) linhas e máximo de 30 (trinta) linhas, e terá valor máximo de 10 (dez) pontos. Será aplicada no mesmo dia da prova objetiva.

III – Serão corrigidas as provas de redação apenas dos candidatos considerados pré-classificados. Os demais candidatos serão considerados eliminados;

IV – Os critérios para avaliar a redação (prova discursiva) serão:

a) correlação da literatura com o tema proposto – a não correlação implicará na atribuição de nota zero;

b) coerência - para cada erro será retirado 0,5 (cinco décimos) ponto;

c) correção gramatical – para cada erro será retirado 0,25 (vinte e cinco décimos) ponto;

d) limite de linhas – para cada linha abaixo ou além do limite será retirado 0,25 (vinte e cinco décimos) ponto;

e) domínio de conteúdo - para cada erro será retirado 0,5 (cinco décimos) ponto;

f) domínio de linguagem - para cada erro será retirado 0,25 (vinte e cinco décimos) ponto;

V - Será aprovado o candidato que pré-classificado na prova objetiva obtiver nota mínima de 60% (sessenta por cento) na prova discursiva;

11.3. O resultado do Exame será publicado no Diário Oficial do Município ou em meio equivalente;

11.4. Do resultado do Exame caberá recurso à Comissão Especial no prazo de 05 (cinco) dias;

11.5. Após a análise pela Comissão Especial, será divulgada lista dos candidatos aptos à eleição, no dia 07 de novembro de 2017.

12. DA CAMPANHA E DA PROPAGANDA ELEITORAL:

12.1. Cabe ao Poder Público, com a colaboração dos órgãos de imprensa locais, dar ampla divulgação ao Processo de Escolha desde o momento da publicação do presente Edital, incluindo informações quanto ao papel do Conselho Tutelar, dia, horário e locais de votação, dentre outras informações destinadas a assegurar a ampla participação popular no pleito;

12.2. É vedada a vinculação político-partidária das candidaturas, seja através da indicação, no material de propaganda ou inserções na mídia, de legendas de partidos políticos, símbolos, slogans, nomes ou fotografias de pessoas que, direta ou indiretamente, denotem tal vinculação;

12.3. Os candidatos poderão dar início à campanha eleitoral após a publicação da relação definitiva dos candidatos habilitados, prevista no item **9.5** deste Edital;

12.4. A propaganda eleitoral em vias e logradouros públicos observará, por analogia, os limites impostos pela legislação eleitoral e o Código de Posturas do Município, garantindo igualdade de condições a todos os candidatos;



CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS
DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Bom Jesus da Lapa – Ba.

12.5. Os candidatos poderão promover as suas candidaturas junto a eleitores, por meio de debates, entrevistas e distribuição de panfletos, desde que não causem dano ou perturbem a ordem pública ou particular;

12.6. As instituições públicas ou particulares (escolas, Câmara de Vereadores, rádios, igrejas, etc.) que tenham interesse em promover debates com os candidatos deverão formalizar convite a todos aqueles que estiverem aptos a concorrer ao cargo de membro do Conselheiro Tutelar;

12.7. Os debates deverão ter regulamento próprio, a ser apresentado pelos organizadores a todos os participantes e à Comissão Especial Eleitoral designada pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente com pelo menos 05 (cinco) dias de antecedência;

12.8. Cabe à Comissão Especial Eleitoral supervisionar a realização dos debates, zelando para que sejam proporcionadas iguais oportunidades a todos os candidatos nas suas exposições e respostas;

12.9. É vedada a propaganda, ainda que gratuita, por meio dos veículos de comunicação em geral (jornal, rádio ou televisão), faixas, outdoors, camisas, bonés e outros meios não previstos neste Edital;

12.10. É dever do candidato portar-se com urbanidade durante a campanha eleitoral, sendo vedada a propaganda irreal ou insidiosa ou que promova ataque pessoal contra os concorrentes;

12.11. Não será permitido qualquer tipo de propaganda no dia da eleição, em qualquer local público ou aberto ao público, sendo que a aglomeração de pessoas portando instrumentos de propaganda caracteriza manifestação coletiva, com ou sem utilização de veículos;

12.12. A violação das regras de campanha importará na cassação do registro da candidatura ou diploma de posse do candidato responsável, após a instauração de procedimento administrativo no qual seja garantido ao candidato o exercício do contraditório e da ampla defesa.

13. DA TERCEIRA ETAPA - DA ELEIÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR:

13.1. A eleição para os membros do Conselho Tutelar do Município de Bom Jesus da Lapa/BA realizar-se-á no dia **19 de Junho de 2022, das 08h às 17h;**

13.2. A votação deverá ocorrer preferencialmente em urnas eletrônicas cedidas pela Justiça Eleitoral, observadas as disposições das resoluções aplicáveis expedidas pelo Tribunal Superior Eleitoral e Tribunal Regional Eleitoral do Estado da Bahia;

13.3. As cédulas para votação manual serão elaboradas pela Comissão do Especial Eleitoral, adotando parâmetros similares aos empregados pela Justiça Eleitoral em sua confecção;

13.4. Nas cabines de votação serão fixadas listas com relação de nomes, codinomes, fotos e número dos candidatos a membro do Conselho Tutelar;

13.5. As mesas receptoras de votos deverão lavrar atas segundo modelo fornecido pela Comissão Especial Eleitoral, nas quais serão registradas eventuais intercorrências ocorridas no dia da



CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS
DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Bom Jesus da Lapa – Ba.

votação, além do número de eleitores votantes em cada uma das urnas;

13.6. Após a identificação, o eleitor assinará a lista de presença e procederá a votação;

13.7. O eleitor que não souber ou não puder assinar, usará a impressão digital como forma de identificação;

13.8. O eleitor poderá votar em apenas um candidato;

13.9. No caso de votação manual, votos em mais de um candidato ou que contenham rasuras que não permitam aferir a vontade do eleitor serão anulados, devendo ser colocados em envelope separado, conforme previsto no regulamento da eleição;

13.10. Será também considerado inválido o voto:

a) cuja cédula contenha mais de 01 (um) candidato assinalado;

b) cuja cédula não estiver rubricada pelos membros da mesa de votação;

c) cuja cédula não corresponder ao modelo oficial;

d) que tiver o sigilo violado.

13.11. Efetuada a apuração, será considerado eleito o primeiro candidato mais votados, ressalvada a ocorrência de alguma das vedações legais acima referidas, sendo os demais candidatos considerados suplentes pela ordem de votação;

13.12. Em caso de empate na votação, terá preferência na classificação, sucessivamente, o candidato que tiver maior nota no Exame de Conhecimento Específico, persistindo o empate, o candidato com idade mais elevada.

13.13. O voto será facultativo e secreto.

14. DAS VEDAÇÕES AOS CANDIDATOS DURANTE O PROCESSO DE ESCOLHA:

14.1. Conforme previsto no art. 139, §3º, da Lei nº 8.069/90, é vedado ao candidato doar, oferecer, prometer ou entregar ao eleitor bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive brindes de pequeno valor;

14.2. É também vedada a prática de condutas abusivas ou desleais que acarretem vantagem indevida ao candidato, como a “boca de urna” e o transporte de eleitores, dentre outras previstas na Lei nº 9.504/97 (Lei Eleitoral), pois embora não caracterizem crime eleitoral, importam na violação do dever de idoneidade moral que se constitui num dos requisitos elementares das candidaturas;

14.3. Os candidatos que praticarem quaisquer das condutas relacionadas nos itens anteriores, durante e/ou depois da campanha, inclusive no dia da votação, terão cassado seu registro de candidatura ou diploma de posse, sem prejuízo da apuração da responsabilidade civil e mesmo criminal, inclusive de terceiros que com eles colaborem;

14.4. Caberá à Comissão Especial Eleitoral ou, após sua dissolução, à Plenária do CMDCA, decidir pela cassação do registro da candidatura ou diploma de posse, após a instauração de



CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS
DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Bom Jesus da Lapa – Ba.

procedimento administrativo no qual seja garantido ao candidato o exercício do contraditório e da ampla defesa.

15. DIVULGAÇÃO DO RESULTADO FINAL:

15.1. Ao final de todo o Processo, a Comissão Especial Eleitoral encaminhará relatório ao CMDCA, que fará divulgar no Diário Oficial ou em meio equivalente, o nome do(a) candidato(a) eleito(a) para ocupar 01 (uma) vaga titular para o Conselho Tutelar e os 05 (cinco) vagas para suplentes, em ordem decrescente de votação.

16. DOS RECURSOS:

16.1. Os recursos devidamente fundamentados, deverão ser dirigidos ao Presidente da Comissão Especial do Processo de Escolha e protocolados na Secretaria do CMDCA, respeitados os prazos estabelecidos neste Edital;

16.2. Julgados os recursos, o resultado final será homologado pelo Presidente da Comissão Especial;

16.3. A decisão exarada nos recursos pela Comissão Especial do Processo de Escolha é irrecurável na esfera administrativa.

17. DA POSSE:

17.1. A posse do(a) membro titular do Conselho Tutelar será concedida pelo Prefeito Municipal de Bom Jesus da Lapa, no dia 08 de julho de 2022;

17.2. Também devem tomar posse, pelo menos, 05 (cinco) suplentes, também observada a ordem de votação, de modo a assegurar a continuidade no funcionamento do órgão, em caso de férias, licenças ou impedimentos dos titulares.

18. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

18.1. Cópias do presente Edital e demais atos da Comissão Especial Eleitoral dele decorrentes serão publicadas, com destaque, nos órgãos oficiais de imprensa, bem como afixadas no mural da Prefeitura Municipal, da Câmara de Vereadores, na sede do Conselho Tutelar, do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) e dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS);

18.2. Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Especial Eleitoral, observadas as normas legais contidas na Lei Federal nº 8.069/90 e na Lei Municipal nº 466/2016;

18.3. É de inteira responsabilidade dos candidatos acompanhar a publicação de todos os atos, editais e comunicados referentes ao processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar;

18.4. É facultado aos candidatos, por si ou por meio de representantes credenciados perante a Comissão Especial Eleitoral, acompanhar todo desenrolar do processo de escolha, incluindo as cerimônias de lacração de urnas, votação e apuração;



CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS
DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Bom Jesus da Lapa – Ba.

18.5. Cada candidato poderá credenciar, até 48 (quarenta e oito) horas antes do pleito, 01 (um) representante por local de votação e 01 (um) representante para acompanhar a apuração dos votos e etapas preliminares do certame;

18.6. Os trabalhos da Comissão Especial Eleitoral se encerram com o envio de relatório final contendo as intercorrências e o resultado da votação ao CMDCA;

18.7. O descumprimento das normas previstas neste Edital implicará na exclusão do candidato ao processo de escolha.

18.8. As despesas para realização do processo de escolha para membros titular e suplentes do conselho tutelar de Bom Jesus da Lapa correrão por conta de recursos orçamentário do município, através da Secretaria Municipal de Assistência Social.

PUBLIQUE-SE;

ENCAMINHE-SE.

Cópias ao Ministério Público, Poder Judiciário e Câmara Municipal de Vereadores.

Bom Jesus da Lapa/BA, 09 de março de 2022.

Priscila Cristina Marques da Silva Oliveira
Presidente do CMDCA.



CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS
DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
Bom Jesus da Lapa – Ba.

**ANEXO I - FICHA DE INSCRIÇÃO DE CANDIDATO E APRECIÇÃO DOS
DOCUMENTOS**

Inscrição nº

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

1. DADOS PESSOAIS		
Nome completo:		
Sexo: <input type="checkbox"/> Masculino <input type="checkbox"/> Feminino	RG: Órgão Emissor:	CPF:
Estado Civil:	Data de Nascimento:	Profissão:
2. ENDEREÇO RESIDENCIAL		
Rua:	Número:	
Bairro:		
Cidade:		
3. DADOS DE CONTATO		
Telefone residencial:	Telefone celular:	
E-mail:		
4. POSSUI DEFICIÊNCIA		
<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não Qual: _____		

Documentos apresentados	
<input type="checkbox"/> Certidão negativa de antecedentes cíveis e criminais expedidas pela Justiça Estadual	<input type="checkbox"/> Comprovante de votação nas últimas 04 (quatro) eleições ou Certidão de quitação com as obrigações eleitorais fornecida pela Justiça Eleitoral
<input type="checkbox"/> Certidão negativa de antecedentes expedida pela Secretaria de Segurança Pública da Bahia	<input type="checkbox"/> Diploma ou Certificado de Conclusão do Ensino Médio (cópia)
<input type="checkbox"/> Documento oficial de identificação (original e cópia)	<input type="checkbox"/> Atestado ou Declaração de Idoneidade Moral
<input type="checkbox"/> Conta de água, luz ou telefone fixo (cópia)	<input type="checkbox"/> Comprovante de quitação com as obrigações militares (homens)
<input type="checkbox"/> Formulário de comprovação de experiência devidamente preenchido (original)	<input type="checkbox"/> Declaração do candidato de que não foi penalizado com a destituição da função de conselheiro
<input type="checkbox"/> CPF	<input type="checkbox"/> Título de eleitor

Eu, _____, acima qualificado, venho requerer minha inscrição como candidato (a) a vaga de Conselheiro Tutelar, nos termos da Lei Federal nº 8.069/90 (ECA) e Lei Municipal nº 466/2015. Para tanto, declaro conhecer os requisitos contidos no Edital nº 001/2022 do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Bom Jesus da Lapa/BA, aceitando-os, desde já, sob pena de indeferimento do pedido de inscrição, caso não sejam comprovados. Declaro ainda ser conhecedor(a) das sanções civis, administrativas e criminais a que estarei sujeito, quanto à veracidade das informações aqui prestadas.

ASSINATURA DO CANDIDATO



CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS
DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
Bom Jesus da Lapa – Ba.

ANEXO II - DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE MORAL

Nós abaixo assinados, **DECLARAMOS** para os devidos fins, que conhecemos o Sr. (a) _____, inscrito no CPF/MF sob o nº _____, há mais de dois anos, e sabemos tratar-se de cidadão(ã) de conduta irreprovável, não sendo de nosso conhecimento nada que o (a) desabone até a presente data.

Bom Jesus da Lapa/BA, _____ de _____ de 2022.

Assinatura: _____

Nome: _____

Endereço: _____

Título de Eleitor: _____ Zona: _____ Seção: _____

Assinatura: _____

Nome: _____

Endereço: _____

Título de Eleitor: _____ Zona: _____ Seção: _____

Bom Jesus da Lapa/BA, _____ de _____ de 2015.

Assinatura do Candidato



CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS
DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
Bom Jesus da Lapa – Ba.

**ANEXO III - FORMULÁRIO PARA FINS DE COMPROVAÇÃO DE EXPERIÊNCIA DE
ATUAÇÃO EM ATIVIDADES RELACIONADAS AO ATENDIMENTO À CRIANÇA E AO
ADOLESCENTE**

Nome: _____

Profissão atual: _____

Escolaridade: _____, Idade: _____

Tomador do serviço (nome da pessoa física ou jurídica)	Atividades desenvolvidas	Período (data de início e término)	Contato do tomador do serviço (endereço, telefone e nome completo do chefe imediato)

Atesto, sob as penas da Lei, que as informações prestadas são verídicas e declaro estar ciente das penalidades cabíveis, previstas no Artigo 299 do Código Penal.

Bom Jesus da Lapa/BA, _____ de _____ de 2022.

Assinatura do Candidato



CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS
DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
Bom Jesus da Lapa – Ba.

**ANEXO IV - DECLARAÇÃO DO CANDIDATO DE DISPONIBILIDADE PARA O
EXERCÍCIO DA FUNÇÃO PÚBLICA DE CONSELHEIRO TUTELAR COM
DEDICAÇÃO EXCLUSIVA**

DECLARAÇÃO

Eu, _____, **DECLARO**,
para os devidos fins de direito, que tenho disponibilidade para exercer a função de
conselheiro tutelar, com dedicação exclusiva. **DECLARO** ainda ser conhecedor das
sanções civis, administrativas e criminais a que estarei sujeito, quanto à veracidade
das informações aqui prestadas.

Por ser expressão de verdade, firmo a presente.

Bom Jesus da Lapa/BA, _____ de _____ de 2022.

Assinatura do Candidato



CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS
DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
Bom Jesus da Lapa – Ba.

**ANEXO V- DECLARAÇÃO DO CANDIDATO DE QUE NÃO FOI PENALIZADO
COM A DESTITUIÇÃO DA FUNÇÃO DE MEMBRO DO CONSELHO TUTELAR**

DECLARAÇÃO

Eu, _____,
DECLARO para os devidos fins, sob pena de responsabilidade, que não fui penalizado com a destituição da função de membro do Conselho Tutelar nos últimos 05 (cinco) anos.

Por ser expressão de verdade, firmo a presente.

Bom Jesus da Lapa/BA, _____ de _____ de 2022.

Assinatura do Candidato



CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS
DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Bom Jesus da Lapa – Ba.

PROCESSO DE ESCOLHA PARA MEMBROS TITULAR E SUPLENTE DO
CONSELHO TUTELAR DE BOM JESUS DA LAPA – BA.

EDITAL CMDCA Nº 01/2022.

FORMULÁRIO DE RECURSO.

Eu, _____, portador (a)
do documento de identidade nº _____ CPF nº. _____,
inscrito no processo de escolha para membros titulares e suplentes do conselho
tutelar de Bom Jesus da Lapa conforme Edital CMDCA nº. 01/2022 **APRESENTO**
recurso junto à Comissão Eleitoral.

I. Do objeto de recurso:

II. Dos argumentos de recurso:

III. Dos anexos de suporte para recurso (opcional):

Bom Jesus da Lapa/BA, _____ de _____ de 2022.

ASSINATURA DO CANDIDATO

RECEBIDO em ____/____/2022 por: